



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2002.

Data:- 19 de dezembro de 2.002.

Súmula:

“ Institui no Município de Campo Largo a Contribuição para custeio da Iluminação Pública prevista no Artigo 149-A da Constituição da República ”

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituída no Município de Campo Largo a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, destinada a atender as despesas de consumo de energia elétrica, que tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço de fornecimento, operação, manutenção e expansão do sistema de iluminação pública, em vias e logradouros públicos, prestados aos contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 2º - A contribuição supra referida, tem, como base de calculo o custo do consumo de energia elétrica e o da manutenção do serviço, proporcionalmente rateado entre os contribuintes, obedecidos os seguintes parâmetros:



I - para os imóveis não edificados o valor fixo de R\$. 5,00 (cinco reais) mensalmente.

II - para os imóveis edificados que estejam ligados à rede de distribuição de energia elétrica, o valor de R\$. 0,02 por KWH consumido, respeitando-se os percentuais de desconto e o valor máximo de contribuição fixados em R\$. 200,00 (duzentos reais)

§ 1º - O valor da contribuição será reajustado anualmente, de acordo com os índices de reajuste da tarifa de energia elétrica incidente sobre a iluminação pública.

Art. 3º - Os consumidores enquadrados como rural e residencial de baixa renda, nos termos da Legislação Federal, será concedido o desconto de 100% (cem por cento).

Art. 4º. - O lançamento e o recolhimento da contribuição de iluminação pública serão efetuados:

- I- Anualmente quando se tratar de imóveis não edificados;
- II- mensalmente, pela empresa concessionária do serviço de geração e distribuição e de comercialização de energia elétrica, junto da cobrança mensal do consumo de energia de imóveis ligados à rede de distribuição.

Art. 5º.- A arrecadação da contribuição da iluminação pública, quando diretamente efetuada pelo Município, poderá ser feita em conjunto com outros tributos, identificados cada lançamento.

Art. 6º - O prazo para pagamento da contribuição é o mesmo do vencimento da fatura de energia elétrica de cada unidade consumidora.



Parágrafo Único – O atraso no pagamento implica em multa moratória idêntica aquela estipulada para a tarifa de energia elétrica.

Art. 7º - O sujeito passivo da contribuição de iluminação pública é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel beneficiado, direta ou indiretamente, com o serviço de iluminação pública.

Art. 7º - Esta lei, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação, observado ao disposto no art.150, III, da Constituição Federal.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 19 de dezembro de 2.002.


AFFONSO PORTUGAL GUIMARÃES
Prefeito Municipal